



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos –PI.
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



**Modelo de Administração Pública Societal sob a Perspectiva dos
Movimentos Sociais: o Caso da AGESPISA no Estado do Piauí**

**Societal Model of Public Administration under the Perspective of the Social
Movements: the Case of the AGESPISA in the State of Piauí**

Maria Ireni dos Santos Veloso

Graduando em Bacharelado em Administração
ireniveloso@hotmail.com
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Maysa Mayanne Morais de Moura

Graduando em Bacharelado em Administração
maysamayanne@hotmail.com
Universidade Federal do Piauí

Douglas Moraes Bezerra

Mestre em Administração
moraesbd@hotmail.com
Universidade Federal do Piauí



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos – PI.
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA
DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

MARIA IRENI DOS SANTOS VELOSO
MAYSA MAYANNE MORAIS DE MOURA

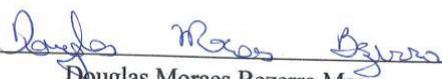
Modelo de Administração Pública Societal sob a Perspectiva dos Movimentos Sociais: o Caso da AGESPISA no Estado do Piauí

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência da primeiro, considera a discente como:

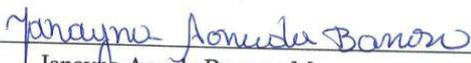
- Aprovado(a)**
 Aprovado(a) com restrições
 Restrições sugeridas
 Restrições obrigatórias

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugeridas pela banca e acordadas nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 20 de Setembro de 2013.



Douglas Moraes Bezerra Msc.



Janayna Arruda Barroso Msc.



Kary Emanuelle Reis Coimbra Msc.



Iael de Souza Msc.

RESUMO

O mundo globalizado tem requerido dos atores gerenciais e sociais maior capacidade de adaptação e respostas aos desafios da sociedade. Nessa perspectiva, as mudanças e reformas não só resolvem, como, agravam problemas relacionados a emprego, equilíbrio fiscal, cambial ou monetário, conservação do meio ambiente e a própria democracia. O presente artigo analisou os projetos de reforma do Estado brasileiro, com enfoque no Piauí, discutindo os elementos que caracterizam o modelo de administração pública societal e as diferentes compreensões acerca da subdelegação da AGESPISA pelas entidades dos movimentos sociais envolvidas. A discussão sobre o modelo de administração societal destacou a viabilidade de novos arranjos institucionais de gestão da água a partir de esferas públicas. A análise dos dados deu-se mediante critérios de amostragem e por análise de conteúdos a partir das falas dos entrevistados e como técnica de coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada com representantes de movimentos sindicais. Ao final da pesquisa, percebeu-se que os movimentos sociais defendem um projeto político em que a participação pública nas decisões ultrapassam os critérios meramente funcionais e lucrativos da máquina pública, trazendo a vertente societal para o debate.

Palavras-chave: Reforma do Estado. Movimentos Sociais. AGESPISA

ABSTRACT

The globalized world has required from the social and managerial actors a greater adaptability and responses to the challenges of society. In this aspect, the changes and reforms do not only solve but also aggravate the problems related to employment, fiscal, cambial or monetary balance, environmental conservation and democracy itself. This article has analyzed the reform projects of the Brazilian State, focused on Piauí State, discussing the elements that characterize the public administration model and the different societal understandings about the sub-delegation of AGESPISA by the entities of social movements involved. The discussion on the societal management model highlighted the viability of new institutional arrangements for water management from public spheres. The data analysis took place through sampling criteria and analysis of content and as a technique for data collection was used a script of semi-structured interviews with some representatives of the trade union movement. At the end of the survey, it was perceived that the social movements advocate a political project in which the public participation in decisions go beyond the merely functional and lucrative criteria of the public machine, bringing the societal dimension to the debate.

Keywords: State Reform. Social Movements. AGESPISA

1 INTRODUÇÃO

No decorrer das últimas décadas, as mudanças econômicas e sociais trouxeram o debate sobre a reforma administrativa do estado para o centro da discussão política de diversos países. Com o inchaço do aparelho estatal a partir do final da Segunda Guerra Mundial, ao longo dos anos 1970, ocorreram diversas tentativas de reestruturar e redefinir a ação estatal, que tiveram como uma de suas principais características a adaptação e a transferência de conhecimentos administrativos desenvolvidos no setor privado para o setor público, inspirados, especialmente, no Reino Unido e nos Estados Unidos.

Entretanto, é conveniente destacar que as mudanças empreendidas na forma de organizar e gerir o Estado e a economia nacional alcançaram seu auge somente nos anos de 1980 com o surgimento do *new public management* ou nova administração pública, também conhecida no Brasil como “administração pública gerencial”. A perspectiva gerencialista, por sua vez, tende a enfatizar a eficiência da administração, porém não se direciona a superação de contradições e conflitos sociais, resultando em um Estado distanciado de problemas políticos e públicos (PAES DE PAULA, 2005).

Essa transformação econômica e social está associada à decadência do estado intervencionista, passando de um modelo keynesiano, de bem-estar social e desenvolvimentista, para uma nova ordem liberal, estruturada na necessidade de reformar do Estado. Nesse sentido, esse movimento reformador assumiu os moldes de uma reestruturação pautada na privatização, na construção do estado regulador, na liberalização comercial, na desregulamentação da economia, na focalização do gasto social e na expansão do mercado na provisão de bens e serviços de natureza social, além da ampliação do escopo do terceiro setor (MELO, 1999)

No caso do Brasil, esse movimento emergiu em uma época na qual se intensificavam no seio da sociedade brasileira as reivindicações pelo espaço historicamente tomado pela burocracia estatal na gestão do interesse público. O processo de formação do estado brasileiro cristalizou no aparelho estatal traços de uma cultura marcadamente centralizadora e antidemocrática, tendo como principais características expressões culturais como o patrimonialismo, o clientelismo, o coronelismo e o formalismo (COSTA, 2010), que resultaram numa ampla restrição à participação social na gestão da coisa pública. Porém, foi apenas durante o período militar que a insatisfação com essa estrutura de estado se tornou mais evidente e ganhou um caráter mais orgânico, passando-se a reivindicar um estado “mais público”.

Enquanto na década de 1980 a nível internacional ganhava corpo um movimento que buscava reduzir o tamanho e as atribuições do Estado, no Brasil surgia um movimento que pautava a democratização da gestão do Estado, através do fortalecimento dos espaços públicos e da participação popular, intitulado por Paes de Paula (2005) de administração pública societal.

A intensa luta contra a centralização e o autoritarismo do governo militar no exercício do poder público foi impulsionada por setores organizados da classe trabalhadora através da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT), que transformaram o tema da participação social no eixo central das mobilizações daquele período. Esta pauta teve seu ápice no momento da elaboração da constituinte, quando se abriu a disputa entre as diferentes propostas para reformular um novo parâmetro para as relações entre Estado e sociedade.

Com o passar do tempo e a concretização da redemocratização do Brasil esse movimento se fortaleceu e na década de 1990 acabou por se tornar um dos principais obstáculos à adesão do Brasil ao movimento internacional de modernização da máquina

pública que começou a ser pautado pelo governo brasileiro durante o mandato de Fernando Collor de Melo (PDS), tendo seu auge com Bresser-Pereira durante governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Contudo, são a partir de 2002 que várias dúvidas quanto ao processo de reforma administrativa começaram a surgir com maior efetividade, pois desde então o Brasil passa a ser gerido por Luís Inácio Lula da Silva (PT), uma das principais lideranças nas lutas pela redemocratização do país. Grande parcela da população acreditava que a partir de então se intensificaria o processo de democratização da gestão pública e o fortalecimento dos espaços públicos, entretanto, como aponta Abrúcio (1997), o que se pode concluir sobre o governo petista é que este deu continuidade ao processo de reforma administrativa implementada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Diante desta questão, pretende-se com essa pesquisa analisar “como se encontra o debate sobre os elementos que caracterizam o modelo de administração pública societal nas entidades dos movimentos sociais organizados, envolvidas na polêmica sobre a subdelegação da AGESPISA”. Ao tempo que compreenderá as mudanças no aparelho do Estado como resposta a movimentos da própria sociedade e como produto das relações de força entre os interesses presentes; levando em consideração os processos institucionais de “construção” de políticas que conformam a tomada de decisões no âmbito das burocracias governamentais.

O trabalho toma como pressuposto que a reforma do Estado é uma questão política, de escolha coletiva, com implicações tanto para estrutura do Estado, enquanto instituição de coordenação do conjunto social, como para os cidadãos, objeto e sujeitos detentores da legitimação do papel e dos objetivos da administração pública em um regime democrático (COSTA, 2010).

Neste caso, a discussão proposta terá como referência a abordagem da reforma do Estado delineada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que atualmente está no governo do Brasil e que deu continuidade à reforma gerencial iniciada por Fernando Henrique Cardoso (FHC) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e que juntamente com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) - até hoje dirigida pelo PT – são os maiores defensores dos elementos que caracterizam o modelo de administração pública societal.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Processo de Formação do Estado Brasileiro e suas Reformas

A caracterização das reformas administrativas brasileiras, no caso particular deste artigo, será delimitada a partir dos anos de 1930. Esse recorte temporal deve-se ao fato de que a partir dessa década é que são implementadas tentativas planejadas de gestão pública inspirada, inicialmente, nas perspectivas da administração racional-legal.

Costa (2010) argumenta que a Revolução de 1930 representou mais do que a tomada do poder por grupos oligárquicos, mas a passagem do Brasil agrário para o industrial. Anteriormente, o Brasil caracterizava-se por uma economia apoiada na exportação de produtos primários, sobretudo de café, onde o lucro dessa monocultura concentrava-se nas mãos dos grandes produtores, sobretudo em São Paulo, que tinham seus interesses protegidos pelo governo federal com uma política de câmbio favorável a formação de estoques.

Entretanto, a crise de 1929 nos Estados Unidos obrigou o Brasil a diminuir suas exportações de café, ficando sem divisas para manter a importação de produtos industrializados. Nesse período, o governo adquiria o excedente do café e na medida em que os estoques envelheciam eram queimados e substituídos por novas safras a fim de dar continuidade ao dinamismo da economia e evitar o desemprego e a recessão generalizada.

De acordo com Costa (2010) praticava-se uma política keynesiana, onde o Estado exercia um importante papel na regulação da demanda agregada, transferindo rendas para os trabalhadores-consumidores e estimulando a substituição das importações, bases do modelo de crescimento e do Estado intervencionista brasileiro.

Considerando o ponto de vista político, percebe-se a partir de 1930 a instalação de um quadro favorável à transformação do Estado para atender as exigências do seu papel de indutor do desenvolvimento, através da união das elites oligárquicas excluídas com as forças emergentes da nova burguesia industrial e das camadas médias urbanas, assim como do movimento revolucionário e do apoio das lideranças militares comprometidas com reformas modernizadoras e autoritárias da Gestão Pública do país (COSTA, 2010).

O esforço para a implementação planejada da Administração Pública no Brasil foi se estruturando a partir dos anos de 1930. Durante o mandato do governo Vargas houve uma proposta de reforma do Estado nas perspectivas da administração racional-legal e da superação do esquema clientelista e desorganizado da administração oligárquica, estabelecendo mecanismos de controle da crise econômica, resultante dos efeitos da Grande Depressão, iniciada em 1929, e incentivando, subsidiariamente, o avanço industrial do país.

De todas as medidas adotadas por Vargas, a mais emblemática foi a criação do Departamento Administrativo do Setor Público (Dasp), que, em 1938, viria a auxiliar no processo de reforma do sistema burocrático brasileiro, implantação do Estado moderno e de uma burocracia profissionalizada (TENÓRIO; SARAVIA, 2006). Do ponto de vista prático, esse departamento foi o responsável pela organização do Estado quanto ao planejamento, orçamento e administração de pessoal (PAES DE PAULA, 2005).

Costa (2010) acrescenta que essa primeira reforma de largo alcance inspirava-se no modelo weberiano de burocracia, constituindo uma ação deliberada e ambiciosa no sentido de centralismo decisório, tanto político quanto administrativo, do Estado brasileiro, que buscava introduzir no aparelho administrativo do país princípios relacionados à impessoalidade, hierarquia, sistema de mérito e separação entre público e privado.

Contudo, o Dasp só foi relativamente bem sucedido até o início da redemocratização do país, em 1945, quando houve uma série de nomeações sem concurso público para um conjunto de organismos públicos. Para Beatriz Wahrlich apud Costa (2010), estas atitudes revelaram que o favoritismo preponderou sobre as admissões por mérito no sistema brasileiro de administração de pessoal para atuar em órgãos públicos e contribuíram para o ambiente cultural corroído e dominado por práticas patrimonialistas amplamente arraigadas no país.

De acordo com Tenório; Saravia (2006) o projeto de modernização autoritário e centralizado do governo Vargas impediu que a Administração Pública atuasse numa perspectiva em que a ação para o público, para o bem coletivo fosse à base no momento decisório, construindo assim, uma administração weberiana com características patrimonialistas. A partir disso, pode-se perceber o favorecimento de ações privadas em detrimento de ações públicas desde os anos de 1930.

De acordo com Costa (2010), a queda do governo Vargas, foi provocada por uma nova intervenção militar na política brasileira, onde o crescente movimento de oposição ao regime viu-se reforçado pelas lideranças militares recém-saídas da II Guerra Mundial, onde os militares brasileiros vitoriosos na luta contra governos totalitários na Europa retornavam ao país para dar suporte à ditadura.

Depois de um intenso período de transição de governos caracterizados por golpes, contragolpes, eleições e tentativas de impedimento de posse de eleitos, em 1956, o governo foi assumido por Juscelino Kubitschek, que visava desburocratizar a estrutura do Estado e incentivar a industrialização acelerada e apoiada em capital nacional e estrangeiro do país. Para tanto, propôs um Plano de Metas, destacando os setores de energia, transporte, indústria pesada e alimentos.

Costa (2010) argumenta que, em 1956, foram criadas equipes multiprofissionais que instituíram a Comissão de Simplificação Burocrática (Cosb) e a Comissão de Estudos e Projetos Administrativos (Cepa) para realizar as primeiras tentativas de reformas globais e de desburocratização do Estado, que se tornara “inchado” e considerado um empecilho para o desenvolvimento nacional. A Cosb visava à promoção dos estudos relacionados à descentralização dos serviços, avaliando as atribuições de cada órgão e a delegação de competências, com a fixação das esferas de responsabilidade e de prestação de contas das autoridades. A Cepa, por sua vez, tinha o objetivo de assessorar a Presidência da República em todos os assuntos ligados a reforma administrativa.

Após o governo de Juscelino, a presidência do Brasil foi assumida por Jânio Quadros e João Goulart. Este último criou a Comissão Amaral Peixoto que deu início a novos estudos com vistas à realização da reforma administrativa, baseada na ampla descentralização e na delegação de competências (COSTA, 2010).

Em 1964, com a intervenção dos militares é que as tentativas de reestruturação da administração pública ganham ênfase novamente e nesse mesmo ano, os militares retiram do congresso nacional o projeto de lei elaborado pela Comissão Amaral Peixoto para reexame do assunto pelo Poder Executivo do Estado e a partir deste instituiu a Comestra (Comissão Especial de Estudos da Reforma Administrativa), que após revisões do trabalho editam o Decreto Lei nº 200/1967. Este documento previa a modernização da administração pública, implantando um modelo dotado de maior flexibilidade e baseado em mecanismos de gestão baseados no setor privado (TENÓRIO; SARAIVA, 2006).

Os princípios norteadores do Decreto-Lei nº 200/1967 são a descentralização das atividades do setor público, as funções de planejamento e coordenação, a expansão das empresas estatais, bem como de órgãos independentes (fundações) e semi-independentes (autarquias) e o fortalecimento e a expansão do sistema de méritos pela reafirmação do ingresso por concurso público (TENÓRIO; SARAIVA, 2006).

Destaca-se que apesar do impacto do Decreto-Lei nº 200/1967 ter sido relativamente positivo no que diz respeito à eficiência, seu processo de consolidação contribuiu para a estabilidade da tecnocracia estatal que monopolizou o Estado e excluiu a sociedade civil dos processos decisórios. Apesar dos avanços, a Reforma de 1967 não conseguiu eliminar as burocracias públicas instaladas na administração direta e indireta, bem como, garantir a profissionalização do setor público em sua extensão, onde o decreto Lei nº200/1967 ficou pela metade e fracassou. Em meados da década de 1970, se inicia a crise política do regime militar e agrava ainda mais a situação da administração pública, na medida em que a burocracia foi identificada como um sistema autoritário em processo de degeneração (COSTA, 2010).

Porém, antes de concluir o governo militar, houve a elaboração de dois programas de reforma, entre os anos de 1979 e 1982, a desburocratização e a desestatização, como o intuito de aumentar a eficiência e a eficácia da administração pública e fortalecer o sistema de livre empresa. Em meados dos anos de 1990 inicia-se a reforma gerencial no governo Collor, sendo introduzidos os princípios da *new public management* no Brasil (COSTA, 2010).

2.2 O movimento internacional de modernização do Estado brasileiro

Após a ditadura militar e com o desafio da redemocratização do país, o efêmero período do presidente Fernando Collor (1990-93) caracterizou-se por uma reestruturação da administração pública do país sem critérios racionalizadores, a não ser aqueles baseados no caráter absolutista de suas ações e de aumento do processo de privatização das empresas estatais iniciado em 1981 pelo Programa Nacional de Desestatização; agravando a ineficiência do aparato administrativo. Com o *impeachment* de Fernando Collor, em setembro de 1992, o vice-presidente Itamar Franco assumiu o governo e transmitiu o cargo a Fernando Henrique Cardoso em janeiro de 1995 (TENÓRIO; SARAIVA, 2006).

O processo de reestruturação da administração pública foi parte de um movimento internacional de tentativa do aumento da eficiência do Estado na década de 70 e 80. Esse processo sofreu influência direta de organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio do estabelecimento de novas condições para manter os empréstimos e refinar as dívidas na América Latina (PAES DE PAULA, 2005).

As condições e recomendações dadas pelos organismos são visíveis nos relatórios elaborados pelo Bird a partir de 1989; este mesmo ano também ficou marcado por uma reunião realizada em Washington cuja pauta era estabelecer um saber coletivo em relação à política econômica adequada para países emergentes, o qual ficou conhecido como Consenso de Washington. Nesse sentido Paes de Paula (2005) expressa que as recomendações apresentadas pelo Consenso tinham inspiração nas experiências de reforma do Reino Unido e de outros países que seguiram a orientação de mercado dentre as principais medidas estão:

1. O ajuste estrutural do déficit público;
2. A redução do tamanho do Estado;
3. A privatização das estatais;
4. A abertura ao comércio internacional;
5. O fim das restrições ao capital externo;
6. A abertura financeira às instituições internacionais;
7. A desregulamentação da economia;
8. A reestruturação do sistema previdenciário;
9. O investimento em infraestrutura básica;
10. A fiscalização dos gastos públicos.

Percebe-se que, as orientações repassadas pelo Consenso de Washington e pelos organismos internacionais transformaram-se em um parâmetro para a América Latina emergindo uma nova administração pública. Todavia, a ideologia da falta de utilidade do aparelho burocrático do Estado provocou a mobilização de algumas pessoas no sentido de lutar contra as privatizações (PAES DE PAULA 2005).

A justificativa da reforma do Estado baseada na lógica neoliberal de países, como Reino Unido (Inglaterra) e Estados Unidos, e de tecnologias gerenciais chegou ao Brasil nos anos de 1980 e norteou os governos Collor e Cardoso, evidenciando a necessidade de um Estado-mínimo e de um intenso movimento de privatizações (TENÓRIO; SARAIVA, 2006).

Com isso, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, devido à crise econômica, inicia-se um novo projeto de reforma administrativa na tentativa de aumentar a agilidade e a eficiência da ação estatal. Pautado no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado e liderado pelo ministro Bresser Pereira, este documento prevê uma reforma política que dê maior legitimidade aos governos, bem como o ajuste fiscal, a privatização e a desregulamentação do Estado, criando meios de se obter uma boa governança, através da redução da máquina estatal, evidenciando, portanto, dessa reforma a clara influência desses movimentos internacionais (TENÓRIO; SARAIVA, 2006).

2.3 A luta contra a ditadura e o surgimento de novos projetos de gestão das estruturas públicas

A relação entre a participação popular e a política partidária é de longa data no Brasil. Entretanto, foi a partir da Era Vargas que a organização de sindicatos foi mais incentivada através da concessão de direitos aos trabalhadores, configurando uma política paternalista. Após o ímpeto inicial no tocante a criação de sindicatos, Vargas também propiciou a formação de partidos políticos, como o Partido Social Democrata (PSD) orientado para elites estaduais, onde o renome conservador era maior e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ligado ao setor popular urbano, apenas sindicalizado.

Entretanto, essa estruturação política não configurou um partido de massas em que a representação sindical tivesse um papel determinante. Tal fato não se deu somente pelos desígnios de Vargas, mas também pela força dos conservadores e setores oligárquicos então vigentes (LUCCA, 2011).

Esse quadro de debilidade e inexpressividade política em que se encontravam os sindicatos foi revertido lentamente pelo forte impacto do golpe militar de 1964. Esse golpe eliminou o direito à greve forçando, em um primeiro momento, o recuo da representação sindical e, contraditoriamente, gerando a formação de um novo sindicalismo.

Lucca (2011) destaca que o novo sindicalismo possuía uma pluralidade de expressões, como é o caso do grupo autodenominado “Oposição Sindical” formado por militantes católicos e remanescentes de pequenos grupos de esquerda. Destaca-se também o surgimento do grupo “Unidade Sindical”, defensor da autonomia dos sindicatos frente ao Estado no tocante a assuntos internos fiscalizados pelo Ministério do Trabalho, mas não a completa liberdade sindical se esta fosse concebida sem o reconhecimento do Estado.

Existia ainda outro grupo heterogêneo de postura ideológica e política consolidada, que se diferenciava dos demais pela independência frente ao aparato estatal e pelo intuito de mobilizar a categoria de trabalhadores, enquanto principal recurso de poder; menciona-se que entre esses manifestantes, merecia destaque o Luiz Inácio Lula da Silva, presidente que assumiu a governança do Brasil, nas eleições de 2002 (LUCCA, 2011).

Salienta-se que essas organizações sindicais de esquerda instigaram a participação política na gestão do Estado durante o período militar e, posteriormente, fortaleceram os movimentos sociais nas lutas pela redemocratização do país. Neste contexto, os autores Martins; Pieranti (2006) complementam que os anos de 1980 com o processo de abertura política depois de um período de ditadura foi marcado pelo crescimento da participação popular e de organização da sociedade pelos seus direitos.

Paes de Paula (2005), por sua vez, reforça que a Gestão Pública brasileira possui duas orientações políticas: a gerencial, inspirada no movimento internacional de reforma do Estado, e a societal, que busca formas de organização e administração do Estado incluindo a participação da sociedade. Ambas as propostas idealizam um modelo de administração que se opõem ao estilo burocrático de gestão e buscam uma ampliação da democracia por meio da inserção e da participação da sociedade organizada na administração pública.

Ao final da década de 1970, houve uma onda de greves que paralisaram a região do ABC Paulista e as demais cidades industriais do interior de São Paulo, provocando uma série de mudanças no aparelho do Estado brasileiro. A onda de greves provocou a alteração dos padrões de ação do governo autoritário, uma vez que a proibição do direito à greve se havia rompido, começando a quebra do poder; bem como trouxe um desequilíbrio de poder ao interior do sindicalismo, pois estas greves não foram organizadas desde o sindicalismo oficial, mas sim desde os novos setores sindicais. Percebe-se a partir desta demonstração de poder a

possibilidade do sindicalismo se configurar como um ator político, inclusive com capacidade de representação de importantes setores da sociedade (LUCCA, 2011).

Fernandes (1995) ressalta que as condições de miséria social combinadas com a crise política das ditaduras foram palco do nascimento de movimentos inéditos dos trabalhadores pela sua amplitude e profundidade. Neste contexto de mobilização política e sindical, no dia 10 de fevereiro de 1980, se forma o Partido dos Trabalhadores (PT) e em 1981, a Comissão Nacional Pró-Central Única dos Trabalhadores, que em 1983 daria origem finalmente à Central Única dos Trabalhadores - CUT (LUCCA, 2011). Essas entidades, por sua vez, constituem as principais ferramentas na luta pela redemocratização do país, embora, na época, também existissem outros movimentos sociais.

Lopes (2005) complementa que na primeira metade da década de 80, as três maiores instituições resultantes da resistência e da organização política da classe trabalhadora no Brasil era a Central Única dos Trabalhadores – CUT; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e o Partido dos Trabalhadores (PT). Portanto, o PT nasce das lutas concretas contra o Regime Militar, tentando responder a necessidade de construção de um instrumento que possibilite aos trabalhadores uma maior participação no cenário político do país. O novo partido surge com uma perspectiva classista, entretanto a ideia de classe não restringia-se somente ao setor do operariado, ou seja, reconhecia o antagonismo capital x trabalho e conformava-se com um partido amplo do conjunto dos trabalhadores assalariados e oprimidos (ALBUQUERQUE, 2005).

A CUT também possui uma perspectiva sindical classista, de massas combativas, pois apesar da relação imposta pelo capitalismo que influencia a ação sindical, essa propunha, em seu início, combater a tendência que reduz o trabalhador a um mero vendedor de sua força de trabalho apresentando assim uma concepção que propunha a superação da ordem do capital (JUNIOR; ALVES, 2010).

Percebe-se, diante da implementação de sucessivos planos neoliberais, que na década de 90 houve uma retraída na organização de movimentos sociais e sindicais no país, pois o Estado adota uma nova postura, na qual passa a favorecer e incentivar a criação de Organizações Não-Governamentais (ONG's). Estas entidades, por sua vez, assumem responsabilidades sociais, que de acordo com a Constituição é dever do Estado. Pode ser percebido também que nesse período, houve um aumento do desemprego e do trabalho informal e da terceirização do trabalho, o que levou a CUT a adotar uma forma de combate mais intermediativa, com o predomínio da ação no plano institucional, da negociação dentro da ordem, por concessões entre o governo e capital, caracterizando, portanto uma nova concepção e prática de ação sindical denominada de sindicalismo positivo (JUNIOR; ALVES, 2010). Ainda conforme Junior e Alves (2010)

Vale lembrar que essa concepção política predominante na direção majoritária da CUT, foi orientada pela “Articulação” do mesmo grupo político que possuía e possui ampla maioria na direção do PT (JUNIOR e ALVES, 2010, p.74).

Dentre os planos neoliberais instituídos nos anos 90 consta a reforma administrativa do aparelho estatal implementada por Fernando Henrique Cardoso. Nesse sentido, também é viável conhecer a orientação defendida pelo PT, que de acordo com a denominação da Paes de Paula (2005), caracteriza-se como vertente societal, expressada como uma forma de articulação entre Estado e sociedade, que combina democracia representativa e participativa e é considerada divergente do projeto gerencial adotado no país.

Todavia, é interessante compreender que o PT sofreu algumas transformações tanto do ponto de vista de suas concepções ideológicas quanto da sua prática na vida política do país. Nas eleições do ano de 2002 o Partido dos Trabalhadores saiu vitorioso e assumiu a presidência do país, reacendendo a esperança de adotar um projeto de reforma que se

diferenciasse do atual pela tentativa de promover e difundir as virtudes políticas do campo movimentalista, reformulando as relações entre Estado e sociedade no tocante aos direitos da cidadania.

Tal anseio era compartilhado pela CUT quando essa demonstrou apoio explícito ao candidato do PT, o Lula, acreditando que este estaria comprometido com o estabelecimento de uma sociedade mais justa (LOPES, 2005). No entanto, segundo Junior; Alves (2010), quando ex-sindicalistas da CUT, demonstraram tal apoio ao PT e logo após a vitória nas urnas, estes passaram a assumir cargos no Governo Federal, resultando na perda de autonomia da entidade, princípio essencial para qualquer organização de trabalhadores.

Com a posse do PT na presidência do Brasil, observa-se ainda a continuidade de práticas gerencialistas e ao realizar reformas que aprofundam matérias de privatização implementadas durante o governo de FHC, o Partido dos Trabalhadores aumenta seu distanciamento com os movimentos sociais (ALBUQUERQUE, 2005). Este questão é reforçada, quando Lopes (2005), argumenta que o líder sindical das lutas operárias de 1978 e das políticas combativas dos anos 80 e 90, o Lula, ancorado no partido que nasce das lutas sociais, foi colocar-se na tarefa de administração dos interesses do capital.

A tentativa de reforma administrativa do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi marcada pela desnacionalização da economia e pelo compromisso acentuado com as políticas norte-americanas, o que contribuiu para a resistência dos movimentos sociais organizados, sobretudo do PT e da CUT, contra a proposta de redução do Estado, isto é, de diminuição dos gastos sociais e aumento das privatizações (SANTOS, 2006). As mudanças pretendidas por Cardoso foram definidas em seu primeiro mandato pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, elaborado e divulgado pelo Ministério da Administração e reforma do Estado, liderado pelo então ministro Bresser Pereira. O objetivo dessa reforma seria a substituição do modelo racional-legal weberiano por uma nova modalidade de gestão pública do tipo gerencial. Essas reformas de acordo com Costa (2006) se orientaram, sobretudo, para a abertura comercial, privatização, a liberação dos mercados, o ajuste fiscal e a melhoria da racionalidade interna do aparelho de Estado.

Observa-se que as reformas empreendidas no governo de Fernando Henrique Cardoso tentaram enfrentar apenas o problema de esgotamento financeiro do Estado brasileiro, dando uma solução conjuntural a problemas estruturais do processo de extração e alocação de recursos. Esse tipo de reforma é incapaz do cidadão enquanto consumidor de bens públicos, incorporando a sua participação, superando a neutralidade burocrática e mudando o sentido de responsabilidade pública (COSTA, 2006).

Esse caráter de oposição tornou-se visível, sobretudo, quando o PT obteve a adesão crescente do empresariado ao programa de esquerda brasileira, que reconheciam a necessidade de um planejamento estratégico do país que permitisse retornar o crescimento econômico e desenvolver o mercado interno, protegendo-se contra uma abertura indiscriminada da economia, que favoreceria somente o capital internacional (SANTOS, 2006). Nesse momento ainda estava bastante presente nas pautas dos movimentos sociais a participação na gestão das estruturas públicas.

As eleições presidencialistas de 2002 postulam uma nova problemática para a teoria da economia política. Esta, por sua vez, é reafirmada pelo discurso do presidente Lula, de origem extremamente popular e de filiação ao PT, que pretendia aplicar uma política que privilegiasse o crescimento econômico e a distribuição de renda, garantindo a autodeterminação no plano econômico e a integração nacional e regional da economia (SANTOS, 2006).

É interessante destacar que além dos trabalhadores assalariados que, em geral, formam a base imediata do PT, outros setores também apoiaram a frente que levou a representação do Lula à presidência, compreendendo industriais e comerciantes aprisionados pelo aumento da taxa de juros e da carga fiscal; bem como as igrejas, interessadas numa melhor distribuição da renda e da propriedade; e os militares, preocupados com a entrega do setor público e das empresas brasileiras ao capital internacional (SANTOS, 2006).

Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, nas eleições presidencialistas de 2002 gerou-se uma expectativa de que o modelo de gestão pública tornasse uma marca do governo federal. Porém, o que se observa é uma continuidade de práticas gerencialistas em todos os campos administrativos, sobretudo no das políticas sociais. A esse respeito Abrucio (2007) ressalta que o Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito por um discurso em prol de uma ampla transformação na sociedade e acredita que bastava vontade política para mudar o país, somada a esta visão voluntarista somou-se a ausência de um projeto político, até porque, o PT encarava até pouco tempo enxergava em qualquer projeto neste sentido uma natureza neoliberal, o que levou a não efetivação do discurso, pois, gestão pública não estava preparada para atingir os fins proposto.

Novelli (2010) reforça esse desapontamento em relação aos indicadores de crescimento e progresso social expondo que a política cambial empreendida pelo governo Lula de apreciação do real reproduziu a política do primeiro mandato do governo Cardoso; assim como a política monetária, caracterizou-se por elevadas taxas reais de juros, a política fiscal manteve-se baseada, sobretudo, na geração de superávits primários. Outro aspecto que merece relevância é que as experiências de modernização do Brasil foram descentralizadas entre os estados da federação, e os avanços, inovações gerenciais, tendências e insuficiências de aplicabilidade e efetividade foram variáveis entre eles (ARAÚJO, 2010).

Abrucio (2007) destaca que o campo mais visível do governo “Lulista” no campo da Administração Pública, tem sido a incapacidade de estabelecer uma agenda em prol da reforma da gestão pública. Ainda conforme Abrucio (2007) tal quadro representa um erro grave para quem tem o objetivo declarado de aumentar a efetividade das políticas públicas, especificamente as sociais, sem prejudicar o necessário ajuste fiscal.

Este artigo, por sua vez, avaliará a reforma administrativa em âmbito estatal, mantendo como foco o Piauí.

2.4 Reforma Administrativa no Piauí

O processo de reforma administrativa no Piauí iniciou em 2002, inspirado nos movimentos internacionais. No Brasil essa proposta originou-se nos anos de 1995 e se fortaleceu nos estados a partir dos anos 2000 (BEZERRA, 2011). A partir desse contexto, percebe-se a existência de uma tendência para que o Piauí inserisse a pauta de “modernização do estado” em sua agenda política. Araújo (2010) complementa que o Piauí constitui um estado que empreendeu um reduzido número de inovações gerenciais, sendo vislumbradas apenas iniciativas isoladas de melhoria da gestão.

A história piauiense é marcada por traços culturais relacionados ao latifúndio, coronelismo, clientelismo e ao patrimonialismo, sendo necessária a implementação de uma reestruturação do aparelho administrativo do estado para sua modernização. A partir de 2001, instalou-se uma crise política sobre as elites políticas locais e pôde se perceber a mudança de cenário do Piauí mediante a eleição do governador Wellington Dias, filiado ao partido petista, onde grupos dominantes e representativos perdem a credibilidade na gestão da máquina estatal (BEZERRA, 2011).

Este fato foi fundamental para a mudança na trajetória político-administrativa do estado, pois com o enfraquecimento das elites locais que historicamente vinham construindo o estado do Piauí, abriu-se a possibilidade de que outros grupos, com projetos políticos distintos, pudessem desenvolver novas propostas pautadas na redução da burocracia e em mecanismos de controle entre o público e o privado.

Com base nesse contexto, percebe-se que a tentativa de modernização da estrutura pública piauiense não pode ser deslocada do contexto nacional e internacional, da mesma forma que não se pode visualizar o momento referente à reestruturação administrativa no início do governo de Wellington Dias isoladamente. Salienta-se que esse processo de reestruturação iniciado em 2002 com o PT, se estendem no Piauí pela continuidade do governo Wilson Martins (PSB), que iniciou sua gestão no ano de 2010 (BEZERRA, 2011).

A tentativa de modernização administrativa do estado do Piauí trouxe em seu bojo a ideia de legalização e controle e a principal ferramenta implementada foi à lei complementar nº 28, de Junho de 2003, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Administração Pública do Estado do Piauí (BEZERRA, 2011).

A principal contribuição dessa Lei foi a definição da quantidade exata de cargos existentes em cada secretaria do estado, pois até 2003 não se tinha nem mesmo a quantidade de funcionários públicos que o estado possuía. Outras providências implementadas por essa norma foram à criação das Ouvidorias e das Controladorias do estado, que proporcionaram um maior controle sobre a gestão da “coisa pública”. Ela cria também duas novas unidades organizacionais dentro do estado, as Coordenadorias e as Superintendências, que visavam dar mais agilidade para a ação estatal (BEZERRA, 2011).

Neste sentido, nas eleições de 2002, quando são eleitos representantes do PT, tanto para o executivo nacional quanto estadual ensejam uma discussão mais aprofundada sobre dois projetos de gestão, fundamentados na perspectiva gerencial e societal.

2.5 Disputa entre dois projetos: gerencial versus societal

Na história das reformas brasileiras, as dimensões econômico-financeira e institucional-administrativa sobrepujaram a dimensão sociopolítica do Estado; não sendo possível conciliar direitos constitucionais como trabalho, educação e saúde e a participação dos cidadãos nas decisões de natureza pública que afetam a vida social (PAES DE PAULA, 2005).

Somente com a reforma empreendida nos anos de 1990 é que a dimensão sociopolítica do Estado passa a ser incluída no debate sobre Gestão Pública (PAES DE PAULA, 2005). Percebe-se que, na década de 1970, a população já incita reclames e proposições no tocante a maior participação social nas decisões políticas. A Constituição de 1988 reforça o posicionamento da população ante o Estado e os interesses econômicos, resultando na elaboração de dispositivos constitucionais cujo objetivo é proteger o cidadão do mercado (TENÓRIO; SARAVIA, 2006).

Paes de Paula (2005) acrescenta ainda que nessa discussão sobre a reforma do Estado iniciada a partir dos anos 1990, duas vertentes se estabelecem: a gerencial, alinhada aos movimentos internacionais de reforma do Estado e as experiências do Reino Unido e dos Estados Unidos; e a societal, que possui as ideias e propostas dos movimentos contra a ditadura e a redemocratização no Brasil. É importante salientar que tanto a administração pública como a social apresentam problemas e limites nas suas aplicabilidades e o objetivo desse tópico consiste em integrar a administração e a política no nível discursivo e prático.

A administração pública gerencial surgiu como um meio para enfrentar a crise fiscal do Estado, estratégia para diminuir os custos dos serviços prestados pelo Estado, instrumento de proteção ao patrimônio público e insatisfação do modelo da administração burocrática. Para uma melhor compreensão desse movimento, segundo Paes de Paula (2005) torna-se necessário compreender que o movimento gerencialista está relacionado ao ideário que manifestou-se durante os governos de Margareth Thatcher (Grã-Bretanha, 1987) e Ronald Reagan (Estados Unidos, 1980).

Esse movimento gerencialista, bem como seu modelo de reforma de Estado e de gestão administrativa, apesar de ter se desenvolvido no contexto cultural da Inglaterra e dos Estados Unidos espalhou-se rapidamente pela Europa e América Latina. Porém, foi somente nos anos 90 que esse movimento ganhou força no Brasil, com o debate da reforma gerencial do Estado e o desenvolvimento da administração pública gerencial, sendo definida inicialmente no ano de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado e divulgado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), e liderado pelo então ministro Bresser Pereira (TENÓRIO; SARAVIA, 2006).

Nesse documento de acordo com Bresser Pereira (1999), a reforma envolvia entre outros aspectos a delimitação mais precisa da área de atuação do Estado, estabelecendo a distinção entre atividades exclusivas e atividades não-exclusivas do Estado, a descentralização dos serviços sociais para estados e municípios e a separação entre atividades do núcleo estratégico e atividades de serviços. Outra característica essencial da reforma do estado brasileiro que também estava incluso no Plano Diretor foi à privatização de empresas estatais que produzem bens e serviços para a o mercado.

A Reforma Gerencial de 1995 está substituindo a atual administração pública burocrática, misturada a práticas clientelistas ou patrimonialistas, por uma administração pública gerencial, que adota os princípios da nova gestão pública (*new public management*). (BRESSER PEREIRA, 1999, pag. 6).

O novo modelo de gestão gerencial serve de parâmetro para os três níveis governamentais – Federal, Estadual e Municipal – e para o alcance de objetivos enfatiza teorias e técnicas administrativas oriundas do ambiente empresarial, como a profissionalização e a prática de gestão do setor privado, implantando novos conceitos e exemplos de tecnologias modernizadoras, dentre elas, a qualidade total, reengenharia, *downsizing*, *benchmarking* (PAES DE PAULA, 2005).

Verifica-se, assim, segundo Matias-Pereira (2010), que a administração pública gerencial nasceu como estratégia da visão neoliberal para reduzir os custos e tornar a administração pública mais eficiente, eficaz e efetiva. Neste caso a tese neoliberal faz surgir uma antiga controvérsia entre o bem estar social e a eficácia econômica, uma vez que, a ênfase da gestão gerencial recai principalmente nas dimensões econômico-financeiro e institucional-administrativa, ficando o alerta de descaso para com a abordagem social, pois é possível perceber que em um mercado amplamente desregularizado e com privatizações do que é considerado essencial para dar continuidade á vida de forma satisfatória e com qualidade, engendra pelo lado das baixas remunerações, dos empregos precários e de condições de vida miseráveis.

É interessante destacar que administração pública societal teve origem com os movimentos sociais brasileiros desde o início dos anos 1960 e desdobramentos nas três décadas seguintes (70 80 e 90). Contudo observa-se que a administração pública popular a partir de visões partilhadas pela vertente societal e de experiências realizadas por governos alinhados a mesma ainda são atividades locais e fragmentadas, uma vez que esse modelo de

administração societal requer uma reestruturação do aparelho de Estado e da forma de gerir-lo (PAES DE PAULA 2005).

A vertente gerencial, implementada por Bresser-Pereira, considera a sociedade civil uma instituição que reorganiza a alocação de recursos, poder e riqueza; sinalizando a existência de um discurso pouco participativo na estrutura e dinâmica governamental (PAES DE PAULA, 2005). No entanto, a proposta de gestão social prevista no modelo gerencial é ínfima existindo a necessidade de estabelecer um novo modelo de desenvolvimento, permeado pela concepção participativa da democracia, reinvenção político-institucional e renovação do perfil dos administradores públicos.

Essa vertente mais “social” conforme Paes de Paula (2005) visa integrar a administração e a política no nível discursivo e prático e atingiu seu ápice no momento da elaboração da Constituinte, quando diferentes forças ofereciam suas propostas para formular um novo referencial das relações entre o Estado e sociedade civil. Esse novo modelo de administração pública é chamado de reforma societal e visa equilibrar a idealização introduzida através da análise dos novos movimentos institucionais criados e experimentados nos governos das Frentes Populares e formados pelos partidos de esquerda e o PT.

Paes de Paula (2005) argumenta que o campo dos movimentos sociais centrava-se na reivindicação da cidadania e no fortalecimento do papel da sociedade civil na condução da vida política do país abrindo espaço para um novo paradigma reformista, o Estado-novíssimo-movimento-social, que propõe a rearticulação entre Estado e sociedade, combinando democracia representativa e participativa.

Consolidava-se então, conforme Paes e Paula (2005), a visão que orienta o discurso societal: a reforma do Estado não é somente uma reforma administrativa e gerencial, mas sim um projeto político. Neste sentido, a gestão é considerada uma ação política deliberativa, onde sua autodeterminação se dá pela lógica da democracia e não pela lógica de mercado (TENÓRIO; SARAVIA, 2006).

Sendo assim, o êxito de uma democracia deliberativa depende de condições sociais e da formação de arranjos institucionais que propiciem o debate, argumentação e exposição de ideias nas instâncias adequadas. Contudo, esclarece Paes e Paula (2005), as instituições precisam ser recriadas o que perpassa por uma invenção político-institucional de transformação Estado e sociedade. Nesse sentido:

[...] é dar a possibilidade de a própria dinâmica social acompanhar e sugerir ação que o Estado não observa com clareza e que o mercado percebe em função de seus interesses particulares. (TENÓRIO; SARAVIA, 2006, p. 127).

Paes e Paula (2005) coloca que algumas experiências participativas possuem algumas características que já podem ser percebidas a partir da vertente societal. Elas trazem como diferencial a ideia de desmonopolizar a formulação e o controle das políticas públicas por parte do Estado, a inclusão da sociedade civil nas decisões do interesse público permitindo que questões diferentes sejam debatidas e negociadas em um espaço público e transparente. Neste sentido, destacam-se como experiências bem sucedidas de participação os fóruns temáticos, os conselhos, o orçamento participativo, bem como na mudança o perfil do administrador.

Os fóruns criam espaço para a discussão e o confronto de ideias, deixando com que os participantes tenham acesso a um mesmo conjunto de informações e possam se solidarizar em relação aos problemas e necessidades de seus pares.

Os conselhos, sua característica deliberativa e a sua dimensão político institucional que reside à novidade dessa experiência; o orçamento participativo, que consiste na participação da população nas discussões e definições do orçamento público; bem como uma mudança no perfil do administrador público.

A vertente societal também tentar realizar mudanças na formação e atuação da burocracia pública, o que exige gestores públicos com habilidades de negociação e capacidade de operar na fronteira tênue entre a técnica e a política, desenvolvendo ações voltadas para os problemas da democracia, da representação e da participação.

Outra ressalva quanto ao modelo de administração societal é que ela não possui uma proposta de organização administrativa do aparelho estatal consolidada, ou seja, esse modelo enfatiza iniciativas locais de organização e gestão pública assim como de canais que viabilizam a participação popular e cultural (PAES DE PAULA, 2005).

2.5.1 Limites e possibilidades dos modelos e gestão

Percebe-se que mediante a abordagem comparativa entre os dois modelos de gestão (gerencial e societal), ambos possuem limitações e possibilidades no tocante a construção de uma gestão pública democrática pautada nas dimensões econômico-financeira, institucional-administrativa e sociopolítica.

De acordo com Paes de Paula (2005) a vertente gerencial prioriza as dimensões econômico-financeira e institucional-administrativa, lidando com a dimensão sociopolítica, sobretudo nível de discurso. A vertente societal, por sua vez, enfatiza a dimensão sociopolítica, embora mesmo sem propostas acabadas também faça referência ao contexto institucional-administrativo.

Dentre os limites da administração pública gerencial menciona-se a centralização do poder decisório, as dimensões estruturais da gestão e a inspiração no modelo de reforma elaborado em outros países (Reino Unido Grã Bretanha e Estados Unidos). Os pontos positivos inerentes ao modelo gerencial são a clareza em relação à organização do aparelho Estatal e os métodos gerencialistas focados na eficiência, sobretudo, no campo econômico-financeiro (PAES DE PAULA, 2005).

Destaca-se que a administração pública societal não possui uma proposta para a organização do Estado, bem como não elaborou alternativas de gestão coerentes e articuladas com as dimensões econômico-financeira e institucional-administrativa. Suas principais possibilidades consistem na elaboração de um projeto de desenvolvimento em consonância aos interesses nacionais, assim como a construção de instituições políticas e públicas a participação social e voltadas as necessidades dos cidadãos.

3 METODOLOGIA

A pesquisa constitui uma ferramenta que auxilia no desenvolvimento do senso crítico, bem como na interferência e conhecimento da realidade de forma não alienada, no intuito de encontrar conclusões a partir da capacidade de raciocínio e da veracidade dos fatos. Nesse sentido, Cervo (2007) destaca que a curiosidade e o interesse do homem pelo saber levam-no a investigar a realidade sob os mais diversos aspectos e dimensões, sendo o conhecimento uma parte importante em qualquer espécie de pesquisa, seja qual for a área.

Vergara (2007), na classificação que faz quanto aos tipos de pesquisas, divide-as em dois critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios. Esse artigo, por sua vez, caracteriza-se no tocante aos meios de investigação, como de campo, sob a forma de um estudo de caso. As informações pertinentes a compreensão do problema de pesquisa foram

obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas, cujo roteiro foi elaborado em conformidade com os objetivos da pesquisa. No que se refere aos fins, trata-se de uma pesquisa explicativa, pois visa esclarecer os fatores que contribuem de alguma forma para a ocorrência de um determinado fenômeno; neste caso, entender o posicionamento dos movimentos sindicais acerca da proposta de subdelegação da AGESPISA a partir dos pressupostos das vertentes gerencial e societal.

Segundo Vergara (2007), a amostra da pesquisa foi selecionada mediante critérios de representatividade e se define como não-probabilística, ou seja, sem a utilização de procedimentos estatísticos. A coleta dos dados utilizou entrevistas semiestruturadas, cujo roteiro foi elaborado em conformidade com os objetivos da pesquisa. Como salienta Cervo (2007), o público entrevistado foi escolhido através de critérios de representatividade, neste caso, buscaram-se os sindicatos compostos por um maior número de sindicalistas, sendo eles os presidentes de 03 (três) entidades de movimentos sociais, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) consolida-se como a maior Central Sindical do Brasil, da América Latina e 5º maior do mundo; Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB) considerada a 3º (terceira) maior central sindical do Brasil e a Central Sindical e Popular Conlutas (CSP Conlutas).

As entrevistas foram realizadas através de ligações telefônicas, devido à incompatibilidade de horários oriundas da jornada de trabalho dos entrevistados e dos pesquisadores, não sendo possível marcar visitas presenciais para com os mesmos. As respostas foram gravadas e transcritas para posterior análise técnica dos conteúdos. Os dados foram analisados sob três perspectivas:

- 1º - Tentativa de subdelegação da AGESPISA, a fim de conhecer o discernimento das Centrais Sindicais a cerca do processo de subdelegação e como este está atrelado ao modelo de Estado neoliberal;
- 2º - Modelo de Estado vivenciado atualmente, para entender a posição dos movimentos sindicais em relação ao atual modo de gestão;
- 3º - Soluções defendidas por essas entidades para os problemas encontrados na AGESPISA, essa questão tem por objetivo afirmar ou negar a partir do discurso empreendido nas últimas questões a posição dos movimentos no que diz respeito ao modelo de reforma administrativa societal.

Para interpretação e apresentação dos resultados, os pesquisadores buscaram integrar as informações obtidas nas entrevistas com o conteúdo adquirido na construção do estudo. O autor Gil (2010) discorre que na análise dos resultados, o pesquisador deve ir além da leitura destes, visando associá-los a um contexto mais amplo, aqui representado pelo esforço teórico acerca do tema abordado na pesquisa.

De acordo com os objetivos estabelecidos nesse estudo foi percorrido o processo de formação do Estado brasileiro, bem como, as reformas implementadas, enfatizando a mobilização dos movimentos sociais durante o período do governo FHC no debate entre duas vertentes de gestão: gerencial e societal. A partir desse foco buscou-se compreender a posição dos movimentos a respeito dessas duas vertentes por meio da análise do discurso empreendido na questão da subdelegação da AGESPISA.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O desejo modernizador da administração pública brasileira foi projetado desde o governo de Collor de Melo, no entanto, foi durante o governo de FHC, a partir dos anos de 1995, que a pretensão da reforma gerencialista e mesmo societal atingiu seu ápice, conforme salienta Paes de Paula (2005). Neste sentido, o artigo buscou analisar os elementos que caracterizam o modelo de administração pública societal sob a perspectiva das entidades dos movimentos sociais organizados envolvidas na polêmica sobre a subdelegação da AGESPISA.

Porém, antes de adentrar nessa discussão é importante discorrer sobre a instituição pesquisada, a AGESPISA (Águas e Esgotos do Piauí S.A.), que constitui uma sociedade de economia mista, pessoa jurídica de direito privado, na qual o acionista majoritário é o Governo do Estado do Piauí. Sua criação foi realizada através das leis estaduais n.º 2.281, de 27 de julho de 1962 e 2.387, de 12 de dezembro de 1962 e tem como objetivo executar a política de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Piauí.

Segundo gestores da empresa AGESPISA e o atual governador do estado do Piauí, Wilson Martins, filiado ao PT, à empresa atualmente apresenta dificuldades financeiras e administrativas e a proposta de solução cogitada para sanar os problemas relacionados ao fornecimento de água e esgotamento sanitário tem sido a subdelegação. Essa prática, por sua vez, é decorrência de teorias e técnicas organizacionais oriundas do ambiente empresarial para aplicabilidade na nova administração pública (PAES DE PAULA, 2005). Neste sentido, a gestão estratégica passa a ser o determinante das relações produtivas, cujas dimensões são pautadas por fatores econômico-financeiros e as condições participativas dos cidadãos permanecem apenas no nível do discurso, que continua centralizador no tocante aos processos decisórios.

Nesse contexto, a construção de uma gestão pública democrática traz à tona a importância da dimensão sociopolítica na administração do Estado e sua origem pode ser remetida as lutas dos movimentos sociais. As entidades sociais, outrora pesquisadas, foram a CUT, CTB e CSP Conlutas que foram questionadas quanto a seu posicionamento acerca da problemática da subdelegação da AGESPISA, avaliando se existe ou não alguma relação com elementos presentes no modelo de administração societal, proposto pela autora PAES DE PAULA (2005).

4.1 Tentativa de subdelegação da AGESPISA

No tocante a análise da primeira categoria de pesquisa, percebeu-se que as entidades dos movimentos sociais posicionaram-se contra a subdelegação, por acreditarem que essa ação retira a obrigação do fornecimento de água e esgotamento sanitário pelo Estado e assegura o controle do patrimônio público a uma empresa privada. Além desse ponto de vista sobre a categoria de subdelegação da AGESPISA, o entrevistado da CSP Conlutas trouxe ao debate a essencialidade da água à vida como direito comum das pessoas, podendo tal citação ser referenciada através da fala de que:

A subdelegação transfere o direito essencial da água para a empresa privada que não possui nenhuma preocupação em assegurar esse direito essencial básico as pessoas, mas apenas auferir lucros (CSP-Conlutas).

Destaca-se que a transferência de um serviço público essencial, como é o caso da distribuição de água, para o setor privado põe em risco a continuidade desse serviço para a população mais carente, visto que as empresas privadas seguem a lógica de mercado e sua intenção é auferir margens de lucros cada vez maiores, o que repercutirá socialmente no

aumento dos encargos e valores cobrados pelo fornecimento do serviço, bem como no agravamento das mazelas sociais brasileiras, em especial, a seca nordestina.

Paes e Paula (2005) na afirmação que faz quando ressalta que o gerencialismo, que permeia o Estado gerencial, não tem como objetivo responder as necessidades, desejos e ensejos da maioria dos cidadãos, mas possibilitar que os interesses das pessoas pertencentes às organizações, no caso, a elite dominante, que é intermediada pelos gerentes, sejam atendidos, reforça o argumento citado pela CSP-Conlutas quando enfatiza que:

A coerência do processo de tentativa de subdelegação da AGESPISA se dá somente no campo econômico capitalista onde permeia entre o governo e a classe burguesa uma espécie de “lei de troca”. (CSP-Conlutas)

Assim sendo, a CUT salienta que:

A AGESPISA vem oferecendo um péssimo serviço como modo de reafirmar o projeto de subdelegação e obter o apoio da população com o discurso de que esse processo viria a melhorar os serviços de distribuição de água e saneamento básico (CUT).

A CTB, por sua vez, avaliou a proposta de subdelegação da AGESPISA, levantando questões referentes ao discurso do governo quando afirma não possuir meios ou recursos próprios para investir na empresa e que essa não daria o retorno esperado.

Ora, se esse processo não fosse vantajoso economicamente para a empresa privada ela não estaria interessada, então porque o Estado, em nome de um bem maior, não assume sua responsabilidade para com a sociedade? (CTB).

A CUT acredita que foram os desfalques financeiros que levaram ao endividamento da AGESPISA. Desfalques esses provocados na maioria das vezes pelo financiamento de campanhas políticas e pelos altos salários que são pagos aos terceirizados, com cargos comissionados indicados pelo poder público característica que também levou ao sucateamento da AGESPISA. O representante dessa entidade defende

Uma AGESPISA pública, ou seja, que ofereça serviços gratuitos, pois a situação atual é de venda de água (CUT).

4.2 Modelo de Estado vivenciado atualmente

A segunda categoria investigada refere-se à existência ou não de relação entre a proposta de subdelegação da AGESPISA e o modelo de Estado vivenciado atualmente que fora concebido e implementado de forma mais concisa por meio da Reforma Administrativa do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e com a participação do ex-ministro da Administração e da Reforma de Estado, Bresser Pereira, e embasado na ideologia neoliberalista como afirma Paes e Paula (2005).

Observou-se que a CTB avalia que o PT ainda possui um viés societal, característica que o consagrou na eleição de 2002, elegendo seu representante, Luís Inácio Lula da Silva, ao cargo político máximo do país, conforme já descrito por Junior e Alves (2010). Tal afirmação pode ser percebida na seguinte fala:

Após a entrada do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2002, na presidência do país, nós não estaríamos vivendo em uma política totalmente neoliberal. (CTB)

No entanto, o governo atual continua reproduzindo as práticas de gestão gerencialistas dos governos anteriores, prática evidenciada nos estudos de Paes de Paula (2005); Noveli (2010) e Abrucio (2007). Em um sentido contrário, a CSP Conlutas afirma que:

A relação neoliberalista existe não somente a partir do período em que FHC esteve no governo, mas desde a gestão de Fernando Collor de Mello, pois, foi no governo deste que o projeto neoliberal começou a ser efetivamente aplicado no país, destacando a privatização de setores importantes, como é caso das telecomunicações e da Vale do Rio Doce (CSP-Conlutas).

Portanto, salienta que FHC deu apenas continuidade ao processo de implementação dessa ideia, potencializando a abertura da economia do país ao capital estrangeiro. Reforça ainda a existência neoliberal com o contexto atual a partir da seguinte afirmativa de que “a lógica do Estado neoliberal é retirar do poder do Estado setores mais importantes da economia, estando inclusos serviços como a distribuição de água e saneamento básico”.

A CUT, por sua vez, argumenta que a atual conjuntura política que estamos vivenciando de subdelegação e privatização é mais grave ainda do que no período de FHC, pois naquela época ainda não se conhecia os malefícios advindos dessa prática, não se tinha o conhecimento, no entanto, agora mesmo com conhecimento dos males provocados essa ainda é implementada. Segundo o entrevistado

Sempre haverá uma queda de braço entre os movimentos, sociedade civil, governo e a iniciativa privada (CUT).

De acordo com o presidente da CTB o setor público e o setor privado possuem papéis diferentes mesmo em uma economia capitalista. O consenso de Washington coloca que o setor privado deve aproveitar todos os nichos de mercado, entretanto, na América Latina, o Brasil pode ser citado como um país em que existem iniciativas que questionam a legitimidade do neoliberalismo. A CTB afirma que “pretende reforça essa questão pela pressão e luta da classe trabalhadora”.

Vale enfatizar que vários países da América Latina a adotarem medidas de reformas administrativas voltadas para a abertura do mercado ao capital estrangeiro estavam seguindo orientações do Conselho de Washington. Resumidamente destaca Paes e Paula (2005), o documento coloca que o Estado não deve ser o único provedor, que para aumentar a eficiência é necessário sujeita-lo a concorrência. Dessa forma o Estado caracteriza-se como Estado-mínimo que à semelhança do salário mínimo no Brasil, não tem muita serventia. O que faz ressurgir nesse caso a controvérsia entre o bem estar social e a eficácia econômica.

Assim sendo, acredita-se que mais importante que propagar no setor público uma parafernália de “novas tecnologias gerenciais”, muitas vezes tomadas de empréstimo do mundo dos negócios e levemente adaptadas é fazer com que se consolide uma nova perspectiva, quer dizer, uma nova maneira de compreender o Estado e de atuar com o Estado. Consolidando aqui um novo projeto político pautado em uma gestão com uma política deliberativa, o qual conforme Tenório; Saravia (2006), sua autodeterminação se dá pela lógica da democracia e não pela lógica do mercado, sendo caracterizada nesse contexto conforme nomenclatura usada por Paes de Paula (2005), de vertente societal.

4.3 Soluções defendidas pelas entidades para os problemas encontrados na AGESPISA

Seguindo o roteiro da entrevista, em um terceiro momento buscou-se conhecer a proposta defendida por essas entidades, visto que conforme, Paes de Paula essa vertente societal inspirou-se nos movimentos pela redemocratização do país reivindicando maior participação popular na gestão pública, portanto, o projeto político defendido por essa corrente mais social de pensamento prima por uma maior participação dos atores sociais na definição da agenda política criando instrumentos para exercer um maior controle social sobre ações estatais e desmonopolizando a definição e implementação das ações públicas.

Com base na citação anterior, percebe-se que a CSP Conlutas possui um projeto político definido com relação à subdelegação da AGESPISA. Essa defende:

Que a gestão da empresa seja repassada aos trabalhadores mediante controle social por parte da população usuária. Ressaltou também a necessidade de investimento nos conselhos estaduais para que possam discutir como a política de abastecimento d'água e saneamento devem ser implementada, sendo que a formação desse conselho dê-se majoritariamente por seguimentos que represente com fidelidade a população usuária, com caráter deliberativo e vigilante, ou seja, toda política de abastecimento d'água deve ser decidida com a população e após definida pelo Conselho devem se efetivamente aplicadas pelo poder público (CSP-Conlutas).

A CTB acredita que os problemas da AGESPISA só serão resolvidos com a valorização do trabalhador da base, com emponderamento da classe trabalhadora, com a transformação social pregando a ruptura do modelo de Estado neoliberal e modo de produção, que confere maior importância às coisas do que as pessoas. No que refere-se aos problemas administrativos enfatizou:

Esses devem se resolvidos no campo administrativo, não sendo razão para privatizar a empresa (CTB).

A CUT acredita que o governo deva discutir um novo projeto, o qual venha a beneficiar a população e não o setor privado, para tanto seria necessário que o trabalhador fosse valorizado e ouvido pelo governo. Ressalta ainda:

Seria necessário um gestor qualificado e comprometido com o público e com o bem estar social (CUT).

Contudo quando questionada sobre o projeto político defendido por ela para com a AGESPISA, ressaltou não possuir nenhum projeto no momento especificamente para essa questão.

Nesse sentido evidencia-se uma questão já relatada por Junior e Alves (2010) quando discorrem sobre a perda de autonomia da CUT por conta da sua ligação com o PT, automaticamente, com o governo.

A análise geral sobre a proposta desse trabalho se dá no campo da proposta da reforma societal para o país. Percebe-se que quando a CTB argumenta em um determinado momento da entrevista não possuir conhecimento suficiente para relatar sobre o caso da subdelegação da AGESPISA e acreditar que não estamos vivenciando uma política neoliberalista, mesmo, vale ressaltar, sendo a subdelegação uma das práticas recomendadas por esse modelo, ou ainda, quando a CUT, demonstrar não possuir um projeto político definido nesse sentido, reforça o pensamento de Paes de Paula (2005); Junior e Alves (2010); Lopes (2005) e Albuquerque (2005), quando mencionam que os movimentos com a entrada do PT no governo perderam de certa forma sua autonomia. No entanto, também foi possível perceber que o discurso empreendido pela CSP-Conlutas ainda assume um caráter de combate

contra o governo, quando discorre principalmente sobre seu projeto político, ao defender total controle da gestão da empresa pela classe trabalhadora sendo essa fiscalizada pela população usuária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, abordamos de forma sucinta as reformas realizadas no Estado brasileiro compreendendo o modelo de gestão vivenciado atualmente, na qual as práticas administrativas em prol do interesse público e da democracia permanecem como um desafio imerso na lógica de mercado.

A partir do estudo acerca da subdelegação da AGESPISA evidenciou-se que o discurso reformador e reestruturador do Estado defendido pelo PT antes da chegada ao poder permaneceram apenas no campo das ideias. O que se observa é a continuação das ações gerencialistas implementadas desde o período do governo FHC.

Foi identificado que os movimentos sociais pesquisados apresentam uma posição crítica ao modelo gerencialista, uma vez que se mostraram contra o caso de subdelegação da AGESPISA. Quanto à formação partidária, percebeu-se uma tímida opinião dos movimentos CUT e CTB, pois estes acreditam que com a atual gestão estamos vivenciando uma junção dos dois modelos: gerencial e societal. No entanto, a CSP Conlutas argumenta que o modelo de gestão pública implementado pelo PT tem cunho gerencialista e pouco viés social.

Percebemos também que realmente existe um descompasso entre os aspectos instrumentais da gestão (dimensões econômico-financeira e institucional-administrativa) e a perspectiva sociopolítica, que na maioria das vezes, fica relegada ao segundo plano de preocupação, análise e resolução. Entretanto, para entender o contexto de reformas administrativas brasileiras, realizamos um levantamento acerca das propostas de gestão implementadas desde 1930 no país, enfatizando, sobretudo, a reforma observada no governo de FHC.

A partir desse recorte temporal, constatamos que o modelo de gestão adotado por FHC, ainda é implementado na gestão pública do Partido dos Trabalhadores e que os movimentos sociais mantêm um posicionamento contra a aplicabilidade de práticas administrativas do setor privado no setor público, como é o caso da subdelegação de uma empresa pública.

É importante salientar que em meio a esse movimento de modernização do Estado, surgiu também uma tendência de democratizar a gestão do Estado, através do fortalecimento dos espaços públicos e da participação popular, intitulado por Paes de Paula (2005) de Administração Pública Societal. Nota-se que este modelo de gestão despertou a rearticulação dos movimentos sociais, por acreditarem que a proposta de governo de FHC colocasse os interesses do mercado a frente das necessidades e anseios dos cidadãos.

Essa pesquisa permitiu compreender que o modelo de gestão atual corresponde a uma entre muitas possibilidades objetivas que podem ser implementadas para redemocratizar e resolver problemas políticos, econômicos ou sociais. Além disso, o estudo mostra-se importante por investigar um tema de viés histórico, político, partidário e crítico acerca dos modelos de gestão adotados no Brasil, e em especial, no PiauÍ a partir do contexto de reformas e práticas administrativas implementadas nas esferas públicas. Essa discussão entre o controle público e privado lida com um questionamento sociopolítico – o livre acesso à água, que trata-se, não só de uma questão de ordem econômica, de mercado ou de serviço; mas também, referencia um bem de direito universal, com valor simbólico, espiritual, sanitário, cultural, alimentar e de saúde pública, ensejando novas pesquisas a respeito.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **O impacto do modelo gerencial na administração pública.** Um breve estudo sobre a experiência internacional recente. 52 p. (Cadernos ENAP; n. 10)

_____ (2007). **Trajetória recente da gestão pública brasileira:** um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. Disponível em:
<<http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/artigos/TrajetoriaRecenteAP.pdf>>. Acessado no dia 09 de setembro de 2013.

AGESPISA. Disponível em: <www.agespisa.com.br>. Acesso em 12 jul. 2013.

ALBUQUERQUE, Denise de Jesus (2007). **As transformações do Partido dos Trabalhadores:** uma análise histórico-política da fundação ao governo Lula. UFMA. Disponível em:
<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Denise_de_Jesus_Albuquerque.pdf>. Acessado em: 03 de setembro de 2013

ARAÚJO, M. A. D. **Novas formas alternativas de prestação de serviços.** In: Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração. (Org.). **Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados II.** ., 2010, v. , p. 107-138.

BEZERRA, Douglas Moraes. **Reformas Administrativas no Brasil:** O Caso do governo do estado do Piauí. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Administração. Dissertação (mestrado), Natal – RN, 2011.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos (1999). **Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995.** Revista do Serviço Público/Fundação Escola Nacional de Administração Pública - v.1, n.1 (nov. 1937) — Ano 50, n.4 (Out-Dez/1999). Brasília: ENAP, 1937.

CERVO, Amado Luiz; BEVIAN, Pedro Alcino e SILVA, Roberto. **Metodologia Científica.** 6. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COSTA. **Condicionantes da reforma do Estado no Brasil.** In: Estado e Gestão Pública: visões do Brasil contemporâneo. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

_____. **Reforma do Estado e contexto brasileiro:** crítica do paradigma gerencialista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

FERNANES, Floresta. **Em busca o socialismo:** últimos escritos & outro textos. São Paulo: Xamã, 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2011

JÚNIOR, Mário Costa de Paiva Guimarães; ALVES, Stênio Eduardo de Sousa. **O surgimento das Conlutas no processo de organização do movimento dos trabalhadores no Brasil a partir de 2004**, Londrina, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt3/7_MarioJunior&StenioAlves.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2013.

LOPES, Josefa Batista (2005). **As lutas sociais operárias e populares no Brasil: a eleição do PT para o governo da República no fim de um ciclo**. UFMA. Disponível em:<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Josefa_batista_lopes155.pdf>. Acessado no dia 09 setembro de 2013.

LUCCA, Juan Batista. Origem e transformação do enraizamento sindical do Partido Justicialista (Argentina) e do Partido dos Trabalhadores (Brasil). Rev. Bras. Ciênc. Polít. [online]. 2011, n.5, pp. 287-320. ISSN 0103-3352

MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna. **Estado e Gestão Pública**. In: Estado e Gestão Pública: visões do Brasil contemporâneo. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

_____; SANTOS, Theotonio dos. **Em busca de uma nova aliança política para o desenvolvimento**. In: Estado e Gestão Pública: visões do Brasil contemporâneo. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

_____; TENÓRIO, Fernando G; SARAVIA, Enrique J. **Escorços sobre gestão pública e societal**. In: Estado e Gestão Pública: visões do Brasil contemporâneo. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

NOVELLI, José Marcos Nayme. A questão da continuidade da política macroeconômica entre o governo Cardoso e Lula (1995-2006). Rev. Sociol. Polit. [online]. 2010, vol.18, n.36, pp. 227-240. ISSN 0104-4478

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005

PEREIRA, José Matias. **Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010

RAMOS, Alberto Guerreiro. apud HEIDEMANN, Francisco G; SALM, José Francisco. **A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade**. In: Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8. Ed. – São Paulo: Atlas, 2007



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
 () Dissertação
 () Monografia
 (X) Artigo

Eu, MARIA IRENI DOS SANTOS VELOSO,
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
MODELO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOCIETAL SOB A PERSPECTIVA
dos movimentos sociais: O caso da ACESSORA no Estado do Piauí.
 de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 27 de SETEMBRO de 2013.

Maria Ireni dos Santos Veloso
 Assinatura



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
() Monografia
(X) Artigo

Eu, Maysa Mayanne Norais de Moura,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
MODELO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOCIETAL SOB A PERSPECTIVA
DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: O caso da AGESPISA no Estado do Piauí
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 27 de SETEMBRO de 2013.

Maysa Mayanne Norais de Moura
Assinatura